

O DOCUMENTO E O MOVIMENTO ZAPATISTA: NOTAS PARA UMA TEORIA CRÍTICA

THE DOCUMENT AND THE ZAPATISTS: NOTES FOR A CRITICAL THEORY

Bianca Rihan¹

Gustavo Silva Saldanha²

Resumo: A proposta do estudo é contribuir para a reflexão teórica de uma teoria crítica do documento a partir de uma discussão sobre a economia política das imagens, com foco na compreensão da dialética a partir do movimento zapatista, especificamente, a partir dos murais zapatistas e a sua construção-apropriação para a luta simbólica anti-liberal. Aborda-se, pois, os murais como documentos, ou seja, objetos concretos e integrantes de ações concretas que retomam histórias ancestrais, mas ao mesmo tempo as renovam a partir de relações permanentes com múltiplas objetividades e subjetividades, que carregam em comum um horizonte ético, político e epistêmico não sujeito à perspectiva dominante. A abordagem teórica recorre às aberturas promovidas pelos estudos da neodocumentação, que contesta a prioridade metacientífica de construção da Ciência da Informação; (re)estabelece um lugar para a cultura dentro dos estudos da informação; sugere novos autores, conceitos e populações pesquisáveis no pensamento informacional. Como resultados, aponta-se para o potencial da formulação de uma compreensão dialética a partir das lentes da abertura conceitual da noção de documento.

Palavras-Chave: Documento. Movimento zapatista. Teoria crítica. Mural. Imagem.

Abstract: *The research looks for to contribute to the theoretical reflection of a critical theory of the document concept based on a discussion about the political economy of the images, focusing on the understanding of the dialectic from the Zapatiste movement, specifically from the Zapatiste murals and its construction-appropriation for the anti-liberal symbolic struggle. The murals are presented as documents as concrete objects and as part of concrete actions that take up ancestral histories, but at the same time*

¹ Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora efetiva da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

² Doutor em Ciência da Informação. Pesquisador Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: saldanhaquim@gmail.com.

renew them from permanent relations with multiple objectivities and subjectivities, which carry in common an ethical, political and epistemic not subject to the dominant perspective. The theoretical approach uses the Neodocumentation approaches. It disputes the meta-scientific priority of construction of the Information Science; (re) establishes a place for culture within information studies; suggests new authors, concepts and populations searchable in informational thinking. As results, one points to the potential of the formulation of a dialectical understanding from the lenses of the conceptual opening of the notion of document.

Keywords: Document. Zapatiste movement. Critical theory. Mural. Image.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está direcionado à compreensão de artefatos construídos pelo movimento zapatista em seu território rebelde como documentos, o que permeia tanto o complexo material, como o complexo histórico e *poietico*, ou seja, simbólico, de criação e devir, dos mesmos. Como problema de pesquisa, trata-se de abrir com a pergunta sobre o papel desses artefatos na confecção de uma linguagem zapatista contra a hegemonia branca, rica e excludente que hoje monopoliza os poderes oficiais mexicanos, relegando os indígenas de classes subalternas às bordas da história de seu país.

Se para alguns, esses artefatos representam uma utopia, o desafio é mostrá-los como documentos - objetos concretos e integrantes de ações concretas - que retomam histórias ancestrais, mas ao mesmo tempo as renovam a partir de relações permanentes com múltiplas objetividades e subjetividades, que carregam em comum um horizonte ético, político e epistêmico não sujeitado à perspectiva dominante tanto do conhecimento, como da vida. Em outros termos, procuramos demonstrar a construção de documentos simbólicos-dialéticos e seu papel na crítica anti-liberal.

Quanto à linha teórica de apoio, recorreremos às aberturas promovidas pelos estudos da neodocumentação, fundamentais para as incursões epistemológicas e historiográficas dos estudos informacionais, principalmente na América Latina, pois: “contesta a prioridade “metacientífica” de construção da CI; (re)estabelece um lugar para a “cultura” dentro dos estudos da informação; sugere novos autores, conceitos e populações pesquisáveis no pensamento informacional” (SALDANHA, 2014, p.1204). Assim como faremos uso da sociologia de inspiração marxista, encontrando fundamentos em uma teoria da informação, sustentada pela teoria do documento. Deste modo, a linha marxista complementa as lacunas pós-estruturalistas da abordagem neodocumentalista. O percurso da reflexão segue os seguintes passos: posicionamento socio-histórico do Movimento Zapatista, as relações crítico-potenciais da neodocumentação em sua condição dialética, a fundamentação simbólica da noção de documento a partir dos murais zapatistas e os caminhos de uma definição do documento simbólico-dialético via uma materialidade crítica e a crítica da materialidade.

Conforme Estivals (1981), cabe percebermos a “insuficiência da interpretação liberal” própria das correntes idealistas para a compreensão do documento, e investirmos em uma análise baseada no pragmatismo e na dialética, em que o conhecimento é deflagrado a partir das relações - seja entre sujeitos, seja entre sujeitos e objetos - para adentrarmos em seus diferentes circuitos e lógicas de produção, circulação e apropriação. Logo, em uma análise que sublinha a dialética do documento, enxergamos possibilidades de apreensão de seu componente simbólico, sem deixar para trás as estruturas materiais e sua localização em dado tempo e espaço, marcados por contradições.

2 DO EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (EZLN) AO MOVIMENTO ZAPATISTA

Em primeiro de janeiro de 1994, despontava para o mundo o Exército Zapatista de Libertação Nacional, grupo guerrilheiro formado, em sua maioria, por indígenas pobres provenientes do estado de Chiapas, localizado no sudeste do México. Em confronto armado com o Exército Federal mexicano por pouco menos de duas semanas, o EZLN foi se modificando a partir do estreitamento de laços com a sociedade civil (nacional e internacional), que lhe deu imenso apoio, ressaltando apenas o uso das armas.

Surpresos com a repercussão da sua insurreição e influenciados pelo diálogo com inúmeros movimentos de esquerda ao redor do mundo, o EZLN recuou as ocupações militares para transformar-se, paulatinamente, em um grandioso movimento social com estratégias criativas e inovadoras. Esse encontro com a sociedade civil, que marca decisiva reformulação em sua ação, é essencial para compreendermos o movimento zapatista, sua manutenção e capacidade de resistência até os dias de hoje (MARQUES, 2014).

Nossa curiosidade se dá por esse processo de reconfiguração e politização do exército, sobretudo, quando após o primeiro levantamento de dados em bases de dados gerais na *web* utilizando o termo “zapatistas” conseguimos ter acesso a um expressivo número de comunicados do EZLN reproduzidos por mídias independentes via internet, além de tantas produções artísticas e literárias produzidas em seu território rebelde. Esse primeiro movimento metodológico já anuncia e comprova minimamente o papel da linguagem na guerrilha protagonizada pelos indígenas chiapanecos, ajudando a iniciar o delineamento de nosso objeto de investigação no contexto da CI.

Como uma das organizações latinoamericanas de maior destaque, legitimidade e força internacional na contemporaneidade, com direito a homenagens e reverências vindas desde bandas de rock, como o *Rage Against the Machine*, a grandes nomes da literatura mundial, como José Saramago e Gabriel García Márquez, uma de nossas hipóteses para o “fenômeno” zapatista, é que a curiosidade e o apoio despertados, para além das reivindicações legítimas de seus membros - como o fim das opressões aos povos indígenas e à cultura maia; assim como a garantia de democracia, liberdade e justiça a todos os mexicanos – decorrem da ampliação do Exército Zapatista em Movimento Zapatista, e do exercício de sua “nova política” que, como sublinhado anteriormente, é sensivelmente mobilizada por uma ampla dimensão informacional, recheada de narrativas próprias e recursos simbólicos, capazes de incidirem de maneira significativa nos processos e nas relações sociais.

Como bem ressalta Araújo (2011), desde que batizaram a si próprios zapatistas, retomando os ideais do Exército do Sul liderado por Emiliano Zapata no início do século XX, os guerrilheiros de Chiapas já incorporavam a força simbólica daquele movimento camponês tão admirado em seu país e considerado, pelos indígenas de todo o México, o fundador de sua luta. Além dessa primeira investida, que marca o próprio nome do exército guerrilheiro e do movimento que dele se originou, os zapatistas fizeram-se visíveis a partir de múltiplos artefatos e expressões:

No movimento zapatista, a relação linguística icônica, as formas linguísticas e literárias, os recursos argumentativos textuais e visuais, o uso do tempo e do espaço, o humor, a ironia, o realismo mágico, os recursos de ficção, o uso da metáfora e de outras ferramentas poéticas são só alguns dos elementos presentes. A eficácia e contundência do discurso zapatista, ademais da justeza de suas reivindicações e demandas sociais e políticas, provém também da afetação direta à dimensão estética, sobretudo à luz da sexta declaração da Selva Lacandona em que se convoca outra forma de fazer política, a construir um programa de luta nacional e de esquerda, por uma nova constituição (HIJAR, 2004, p.16).

Ao entrelaçarem alegorias, paródias, contos, poemas, romances, fotografias, comunicados via internet e pinturas em murais, movimentaram um leque diversificado de dispositivos informacionais, formas estéticas e recursos da imaginação que, conforme esperamos demonstrar ao longo deste trabalho, funcionam como documentos de sua luta, ampliando o reconhecimento e a aproximação das pessoas às suas ideias.

3 NEODOCUMENTAÇÃO E DIALÉTICA: DEBATES E PERSPECTIVAS

Na origem de um relativo silêncio por parte da CI acerca dos documentos como objetos de múltiplas naturezas e envolvidos em múltiplas relações - ou sua redução à recuperação de fatos - encontra-se a noção de documentos como representação da informação, encerrando ora um paradigma físico, fundado em torno de objetos físicos estaticamente definidos, isto é, transmitidos de um emissor a um receptor em certas condições ideais, e delineador de uma ideia de naturalidade que caracterizaria a produção e a acumulação dos mesmos (em alinhamento ao pensamento positivista). Ora associada a um paradigma cognitivo que, inspirado pela ontologia e epistemologia de Karl Popper, concebe um mundo de objetos inteligíveis independentemente dos sujeitos que os cercam, em suma, um mundo de conhecimentos sem sujeitos. O efeito dessas abordagens é o alijamento entre informação e sujeitos, tratados apenas como cognoscente, portanto isolados dos condicionamentos sociais e materiais, próprios ao existir humano (CAPURRO, 2003).

Logo, como bem ressalta Capurro (2003), é urgente combatermos as ideias de documento como representação/duplicação, inscritas tanto no que ele chama de paradigma físico como no cognitivo. Ao se apropriar da crítica wittgensteiniana à linguagem privada e da oposição heideggeriana a uma epistemologia que separa o sujeito do mundo que o envolve - “sujeito cognoscente encapsulado e um mundo exterior com o qual tenta entrar em contato” (CAPURRO, 2003, p.20), - o autor termina por concluir que o esforço não está em construir uma ponte entre o sujeito e o objeto, localizado no “mundo exterior”, mas admitir que a existência é, antes, a relação dinâmica entre sujeitos e um vasto complexo material e simbólico.

Nessa mesma direção, os chamados neodocumentalistas, representados por nomes como Michael Buckland, Bernd Frohmann e Ronald Day ao recuperarem a ideia de documento, refundam sua materialidade em uma concepção ampliada, capaz de transbordar os limites de uma fisicalidade acabada e opressiva. Para além de quaisquer objetos físicos - escritos ou tridimensionais, como alertaram os documentalistas desde Otlet -, os neodocumentalistas atualizam ainda mais o debate sobre os suportes de informação, atentando para a sua dimensão simbólica, que pressupõe uma materialidade capaz de estender o olhar sobre as relações sociais em que esse objeto é forjado (SALDANHA, 2013 p. 66).

Libertos de uma visão meta-representacionista do documento - ou como resultante de uma transferência rígida de dados e fatos -, os neodocumentalistas passam a valorizar as relações conjuntamente propostas e estabelecidas na tessitura do mesmo; como o seu caráter simbólico, aberto e subordinado ao reconhecimento contínuo por parte dos membros de certa comunidade, por meio de sua linguagem - isto é, o reconhecimento pela historicidade dos documentos e da informação que esses carregam.

Seguindo o neodocumentalismo como linha teórica, Frohmann (2004) ressalta o documento enquanto objeto que apresenta informatividade, mas que, no entanto, só pode acontecer devido à materialidade de um suporte que a “carrega” e dissemina socialmente. A chave para entendermos o fenômeno passa, sobretudo, pelos contextos em que estão imersos os sujeitos que reivindicam/manipulam/fazem circular os objetos/documentos, por seus conflitos de interpretação, e pelas lutas quanto à definição dos sentidos do documento e da informação com que estão em contato.

Com a lupa de investigação colocada sobre os sujeitos sociais, passam a despontar pesquisas voltadas para suas ações, associações e interações cotidianas, rediscutindo, inclusive, o significado de “informação”. Não como produto de leis regulares, mas como fluxo cambiante alicerçado na linguagem, nos sentidos, nos gestos, nos símbolos e percepções surgidos daí, a informação transmuta-se para a ideia de relação. Para o neodocumentalismo, a infinidade das relações sociais que tecem a informação e os documentos é o que nos fornecerá as pistas para sua compreensão.

Em uma realocação do olhar e da compreensão, o neodocumentalismo, pela via pós-estruturalista, permite que observemos o cortejo plástico dos indivíduos em relação: e é nessa dimensão coreográfica, capaz de moldar quaisquer configurações para os encontros - permeados por sensibilidades e referentes simbólicos - que vai se vislumbrando o que é um documento.

A nosso ver, a grande valia dos novos estudos sobre o documento relaciona-se à centralidade das relações sociais como horizonte de pesquisa. Superar as simplificações e limites de uma CI mal resolvida entre a “casca” interdisciplinar e o “recheio” altamente disciplinar, até hoje dominada por delegações quase automáticas aos objetos técnicos e às “metrias”, talvez esteja, como provoca Capurro (1992), no reconhecimento do homem e de suas relações - e não da informação - como objeto da CI. Esse movimento nos leva de volta à Marx.

O que muito se relaciona com a rica análise do conhecimento elaborada a partir da dialética marxista, que igualmente sublinha as relações sociais - abertas e em movimento - para o entendimento da realidade. Aproximando as referências teóricas do neodocumentalismo e da dialética materialista, parece-nos imprescindível pensarmos os documentos como objetos artefatuais, materiais e simbólicos, que têm como fundamental o seu caráter histórico, ou seja, localizado no tempo e no espaço, mas nascido da intervenção do ser humano no mundo e, por isso, em permanente movimento e disputa (MARX, 1993).

Recuperando a obra de Marx, Baratta (1995) considera que um momento determinante sobre sua visão de homem e de sociedade está em sua concepção das necessidades. Como explica o autor, ao retomar e desenvolver a posição hegeliana, Marx elabora a dimensão histórica e social de uma teoria das necessidades sem se descuidar da dimensão própria de uma antropologia fundamental. Em Marx, essas duas dimensões se encontram no conceito de trabalho:

Do ponto de vista da antropologia fundamental, a necessidade não é considerada por Marx no sentido negativo de “carência”, mas no sentido positivo de realizar as próprias capacidades e de objetivar-se na relação com a natureza e com os outros homens. O trabalho, entendido como transformação da natureza e como produção, não é, como dizia Marx nos seus primórdios, um meio para satisfazer as necessidades, mas sim a necessidade primária do homem. Por isso, o dever ser é entendido como potencialidade inerente ao ser. [...] Não obstante, a dimensão antropológica se cumpre na dimensão histórica e social. De fato, para Marx, a interação com a natureza não é obra do indivíduo isolado, mas sim dos homens associados na produção de bens não existentes em forma natural. É com a interação produtiva que a história natural das espécies transforma-se na história da sociedade. Com a linguagem, que é condicionada pela interação e que, por sua vez, a condiciona, inicia-se a história da cultura. (BARATTA, 1995, p. 118, 119)

Apesar de uma série de acusações ao marxismo, principalmente quanto a um suposto determinismo sobre o papel da economia na organização das relações sociais, podemos dizer que a formulação de Marx apresentada na citação acima inaugura, na filosofia, os preceitos de uma dialética ontologicamente histórica, redesenhando uma série de discussões quanto à relação dos homens com suas histórias, mas também dos homens consigo mesmos.

Conforme Alves (2010, p. 2), a concepção marxiana de sujeito se recusa a determiná-lo apenas na/pela história, mas tem como fundamental o seu caráter de transformador da história, sendo a práxis, a forma por excelência desta relação (ALVES, 2010). Ou seja, a compreensão dialética da realidade quer dizer que as partes estão em permanente relação de interação entre

si e com o todo, ressalvado que o todo nunca deverá ser reduzido a uma abstração estática por cima das partes (KOSIK, 1978).

O que tal reflexão nos apresenta é uma lição emancipatória do Marxismo. Como defende Baratta (1995, p. 127) “trata-se de produzir uma operação, com respeito à obra de Marx, que deixa o espaço necessário para as opções e para a responsabilidade do sujeito, sem renunciar à análise radical da realidade”; superando, ao mesmo tempo, as contraposições formuladas pelo positivismo entre sujeito e objeto, ego e mundo, espírito e matéria, razão e paixão, entendendo por paixão, o movimento das necessidades, das pulsões, no qual a história do homem, da sociedade e da cultura, encontra sua continuidade na história da natureza (BARATTA, 1995).

Aproximamo-nos aqui da concepção de Fuchs que pensa no circuito do documento e da informação a partir de um movimento integrado, ou de uma transcendência imanente, em que ambos se constituem enquanto mercadoria e instrumento de alienação em uma sociedade capitalista, mas que não deixam de carregar potencial para a liberação. Nos termos fuchsianos:

Information produces potentials that undermine competition, but at the same time also produce new forms of domination and competition. The philosophical argument is based on the logic of essence and on the dialectic of immanence and transcendence. The line of argument assumes a formal identity of immanence and transcendence with society as the system of. Transcendence is not something that is externally given to being, but as immanent essence (and thus Wirklichkeit) of that being. Transcendentals are societal forces that represent needs and goals that form the immanence essence of society, but are repressed within the existing antagonistic totality and cannot be realized within it. (FUCHS, 2008, p. 281)

Ao longo de uma história regida pela luta de classes, trata-se de não deixarmos de observar os documentos permanentemente concentrados sob a hegemonia do capital, que controla cotidianamente a sua produção, distribuição e acesso. Logo, não só como diferenças interpretativas entre culturas (o que existe e é muito legítimo) ou como força criativa entre sujeitos devem ser entendidos, mas a partir dos violentos mecanismos de apropriação privada do que, na realidade, é riqueza socialmente criada.

Como ressalta Dantas (2000), contemporaneamente a informação e os documentos são elementos essenciais à produção e realização da vida, mas comandados pelos objetivos de acumulação do capital se tornam centralizados, hierarquizados, verticalizados e mercantilizados. Ou melhor, tornam-se informação e documentos de classe, porque privadamente capturados, apropriados e utilizados. Nos termos de Estivals (1981), o circuito do documento integra-se à vida social, econômica, política, militar, científica e tem, na maioria das vezes, a missão de fornecer

informações necessárias à vida da sociedade em questão. Assim, está diretamente situado na problemática econômica e social, cujo objetivo é a de produção e/ou distribuição de mercadorias.

Com as condições de globalização do capitalismo avançado, uma série de esperanças quanto à democratização da informação e dos documentos estariam sendo difundidas. Tais perspectivas desenrolam-se sob um debate pautado justamente na hermenêutica, nas possibilidades de uma ética intercultural da informação e dos documentos como teoria crítica emancipatória, levando em conta as distintas identidades políticas e culturais espalhadas pelo mundo e relegadas durante a modernidade, que neste momento poderiam superar a condição de isolamento e invisibilidade. Porém, vale a ressalva de que no modo de produção capitalista, a celebração das diferenças culturais tem uma ligação muito maior com as próprias necessidades dos “negócios” do que com uma suposta ideia de alcances iguais para todos (DANTAS,2000).

Para Schneider (2015, p.119), sobre a informação - e o documento, acrescentamos nós

- submetidos ao modo de produção capitalista, operados predominantemente pelas TICs, deve-se sempre atentar para o seu caráter fetichista:

O termo fetichismo, aqui, deve ser entendido em sua mais ampla acepção, a saber, enquanto denominação do processo histórico de subsunção da cultura ao princípio de valorização do valor e ao mesmo tempo de reprodução ideológica e fixação libidinal, processo triplamente funcional, que obtém amplo sucesso em adequar as representações, o imaginário e as sensibilidades sociais às necessidades de reprodução ampliada do capital.

Assim frisamos a necessidade de problematizarmos o fenômeno da informação e dos documentos, principalmente quanto à aparente liberdade de acesso e consumo na chave das soluções interpretativas/culturais. A questão da democracia informacional e documental não poderá ser resolvida apenas com apontamentos sobre suas potencialidades, mas, primeiramente, com elaboração profundamente crítica sobre as condições extremamente violentas da produção informacional e documental, enquanto processo de expropriação submetido ao capitalismo e à globalização neoliberal.

4 O DOCUMENTO SIMBÓLICO-DIALÉTICO E A TEORIA CRÍTICA DO DOCUMENTO: NOTAS SOBRE A MATERIALIDADE CRÍTICA E A CRÍTICA DA MATERIALIDADE

Como ressalta Fuchs, documentos são contraditórios pois estão incorporados a partir dos antagonismos do capitalismo e, por conseguinte, tornam-se pilares de sustentação desse modo

de produção e de graves problemas sociais. Para o autor, uma teoria crítica para a análise dos mesmos necessita, dessa forma, relacionar-se com a sociedade e seu contexto de maneira mais ampla, sendo implacável em apontar para as questões relativas à propriedade privada, à distribuição desigual de recursos, às lutas sociais, à exploração e à dominação a que estão ligados. Em tal empreendimento, uma noção de totalidade e de classe social é de central importância.

Isto não quer dizer que exista um caminho único e destino certo para a informação e os documentos, pautados pelo capital. Na raiz da terra e do trabalho da América Latina fazem-se presentes lutas históricas que descortinam o movimento das contradições e brotam em forma de imagens e imaginações. Em uma concepção dialética da realidade, olhar para o fenômeno da globalização neoliberal, conduzido de cima para baixo, é também atentar para projetos alternativos de produção documental ligados a novas formas de organização social e resistência, recheadas de devires e simbolismos. É o que apresentaremos a partir do movimento zapatista e sua impactante produção documental, o que colabora sobremaneira para uma teoria crítica do documento sob a via simbólico-dialética.

Uma teoria crítica do documento pode ser problematizada, em sua epistemologia histórica, por abordagens aplicadas que colocaram em dado espaço-tempo as linhas de fuga da hegemonia como foco de intervenção; de outro lado, a reflexividade propriamente dita (sobre conceito e sobre tais práticas). No primeiro exemplo, podemos encontrar, como uma das potenciais formas de expressão empírica de tal teoria, o desenvolvimento da documentação sobre o movimento da Liga Feminina, registrado pelo Instituto Internacional de Bibliografia, a partir do nome do trabalho de Léonie La Fontaine (1857-1949).

No segundo caso, esse percurso nos faz remontar perspectivas de organização do conhecimento como aquelas intencionadas em Paul Otlet (1934) e em Ranganathan (2009), por exemplo. No entanto, tais perspectivas serão aprofundadas de modo historicizado a partir de abordagens posteriores que apontarão, de modo objetivo, para as feridas da grande fratura social que se multiplica ao longo do século XX em paralelo aos discursos cada vez mais vitoriosos da lógica liberal.

Nesse percurso, encontramos, por exemplo, duas experiências singulares no plano de uma teoria crítica entre a noção de documento e as experiências classificatórias. De um lado, o pensamento de Estivals (1981) nos coloca diante da materialidade histórica do documento e o papel emancipatório dos esquemas, já presentes e teoricamente bem elaborados no

pensamento de Paul Otlet, ausente, porém, de tal reflexividade crítica. A dialética do documento é o potencial aberto no campo informacional para a problematização emancipatória pelas lentes das centralidades conceituais de nosso campo a partir dos estudos estivalsianos dos anos 1960 (estes, por sua vez, já presentes nas experimentações artístico-epistêmicas das vanguardas fundadas ou discutidas pela trajetória de Estivals na Paris da década de 1950).

Por sua vez, a perspectiva da desclassificação de Antonio García Gutierrez (2011) nos remete ao universo do materialismo histórico como potencial de percepção crítica dos modos de revisão do discurso neoliberal e de identificação de raízes de sua estrutura opressora. O gesto desclassificatório é uma teoria e ao mesmo tempo um método de crítica do real socialmente classificado.

Somam-se a essas abordagens as linhas reflexivas neodocumentais de origem anglófona nas últimas três décadas, como aqueles destacados em Michael Buckland (1991), Bernd Frohmann (2011, 2009, 2004) e Ronald Day (2005, 2001). Essa corrente nos permite reencontrar o plano material-simbólico de fundo otletiano, agora sob correntes discursivas e críticas que posicionam as tensões em torno do documento – ou seja, sob a dita reflexividade questionadora do real socialmente forjado.

O agrupamento de tais linhas, representadas por outras convergências críticas dos processos históricos de constituição e de desconstrução historiográfica da Ciência da Informação, como a crítica marxista de Solange Mostafa (1985), nos conduz, pois, ao que podemos tratar como documento simbólico-dialético: modo de teorizar o real informacional, modo de compreender as complexas intervenções do documento no social, modo de tecer a reflexão desconstrutora das significações hegemônicas (também) efetivadas pelo documento nas esferas culturais.

Especificamente, no plano empírico da descrição de uma perspectiva documental-simbólico-dialética, iluminamos a realidade da vivência dos artefatos que se colocam exatamente como enfrentamento crítico na paisagem sociocultural. O seu lugar de origem, ou seja, a sua intenção, é a luta pela igualdade. O seu horizonte é a justiça social. Atualiza-se, pois, aqui, a dimensão da “intencionalidade” abordada por Meyriat (1981) em sua procura por compreender o que se diz “documento” como fruto de um movimento consciente sobre o artefato. Essa ação intersubjetiva é colocada aqui, em nossa perspectiva de análise relacionada ao movimento

zapatista, como resultado de um dado coletivo de sujeitos que se coloca perante a feitura, o uso e a disseminação de documentos com o intuito de expressar sua luta social.

A categoria de intencionalidade aqui trabalhada reposiciona, pois, assim como desenvolve, o conceito meyratiano de documento. Neste cenário, os documentos simbólico-dialéticos representam aqueles que, intencionalmente, são produzidos como formas de (contra)ataque às superestruturas e às estruturas que operam como máquinas de proteção da opressão e de perpetuação das desigualdades. Nascendo para e crescendo na perspectiva da materialidade crítica, tal “documento” tem como horizonte, por sua vez, em sua forma e-ou em seu conteúdo, a crítica da materialidade.

5 OS DOCUMENTOS ZAPATISTAS E O SIMBÓLICO EM CURSO: SOBRE CONTOS E MURAIAS

Como debatemos anteriormente, sob a via neodocumentalista, um dos aspectos mais importantes das indagações sobre o que é um documento passou a seu ponto de inflexão simbólico. Segundo Saldanha, nesse momento, a linguagem passa a ter importância vital, pois através dela o real também se deslinda: “é através de seus mecanismos de articulação, tecidos pelos grupos sociais, que se pode estudar o sujeito dentro do âmbito cultural, onde a subjetividade impera e as estratégias de interpretação são permanentemente requisitadas” (SALDANHA, 2012, p.68).

No caso do movimento zapatista, podemos afirmar que é essa produção documental, capaz de potencializar linguagens já conhecidas e introduzir muitas outras, o que os fez viabilizar modos diferenciados de comunicação e de ação. Inclusive, acreditamos que foi o investimento nesses documentos, artefatos ou dispositivos rebeldes, baseados em narrativas tecidas coletivamente, usos de metáforas, histórias ancestrais e míticas, símbolos revolucionários, utopias coletivas etc., a sua grande chave tática perante o confronto com a hegemonia da informação e dos documentos oficiais (baseada em montagens ideológicas unilaterais, portanto precárias e frágeis) e a construção efetiva de seu projeto libertário de autonomia.

Ou seja, a produção documental zapatista descola-se da noção de documento produzida na modernidade, referentes às movimentações burocráticas dos Estados, e como sinônimo cabal de prova - aquele objeto que concentra a autenticidade e a verdade encerrada das declarações, Lund (2009), para aproximar-se muito mais a uma concepção que aponta aos documentos como formas diferentes e não absolutas de conhecer, portanto em movimento, ou, como coloca Frohmann

(2011), referente às possibilidades de conectar elementos, sinais e códigos, construindo interessantes e intensas redes de significação em determinado contexto, mas, acrescentamos nós, capaz de estabelecer pontos de contato, acolhimento, troca e identificação entre uma enorme gama de pessoas.

No cotidiano das comunidades zapatistas, percebemos, então, o papel dorsal de artefatos que aqui tratamos documentos: são fanzines de poesia, livros de contos, folhetos/comunicados, murais coloridos, artesanatos de inspiração maia, etc, que transbordam histórias marcantes para as comunidades rebeldes, assim como seus mitos, sua religiosidade e aspirações políticas, e que nos permitem conhecer parte dessa tradição fortemente simbólica, mediada por imagens advindas das histórias mexicanas mais remotas, assim como de personagens da esquerda revolucionária latino-americana, funcionando como pontes entre tempos e espaços diversos.

Nesse sentido, destaca-se o livro “El Viejo Antonio”, que reúne contos criados pelo subcomandante Marcos (o mais conhecido porta-voz dos zapatistas), e atribuídos ao Velho Antônio, personagem criado pelo “sub” e descrito como espírito ancião, capaz de se comunicar através de cartas (NETTO, 2007). Representante do encontro do pensamento revolucionário com a cultura indígena, o velho sábio seria um canal transmissor da simbologia maia mais antiga, permitindo que todos os mexicanos, índios ou mestiços, pudessem resgatar suas memórias ancestrais através de histórias orais circulantes nas comunidades e, agora, reunidas em livro.

Com o velho Antônio, Marcos “caminha pelas montanhas, compartilha silêncios e sons, fuma uns tabacos de baixo de chuva, provoca uma rebelião da linguagem política revolucionária” (MARCOS, 2012, p.7). Outro personagem criado por Marcos, e que é marcante nas histórias, trata-se de Don Durito de la Lacandona que, nas palavras de Pablo Casanova (2001), “representa a parte valiosa da cultura ocidental, suas utopias e seus sonhos”.

Através de histórias narradas por um ir e vir de memórias e referências, fábula e parábola se entrecruzam possibilitando múltiplas abordagens interpretativas. Em um dos principais contos da obra, intitulado “A história das palavras”, dois conhecidos deuses maias Ik’al e Votán, essencialmente diferentes, entendem que se aprenderem a andar juntos e, sobretudo, se aprenderem a caminhar perguntando, poderão chegar a qualquer destino desejado. Assim, Votán e Ik’al caminham (perguntando) até chegarem a Chiapas, onde incorporam Zapata, o revolucionário do século XX que, novamente, irrompe as montanhas do México para proporcionar amanheceres de esperança

àqueles relegados pelo Estado. Eis que nos deparamos com a “moral” da história no momento em que Votán e Ik’al dão aos “homens e mulheres verdadeiros” o exemplo de como andar unidos para um futuro de esperança, além de e os ensinar sobre a escolha de um caminho mais difícil. O acordo entre Votán e Ik’al de vencerem suas diferenças e caminharem juntos significaria o encontro que historicamente se fez na selva Lacandona entre as comunidades camponesas e o núcleo inicial da guerrilha, composto de intelectuais urbanos. E o caminho largo não seria outro que o da resistência armada, em contrapondo ao caminho curto, do fácil “entreguismo” aos “subornos” do “mal governo” (NETTO, 2007).

Segundo Netto (2007), esse resgate místico a partir da palavra deve-se ao fato de os dirigentes da guerrilha terem percebido a forte incidência tanto da religiosidade como da linguagem na vida das comunidades indígenas, atuando como elementos de unidade. Se num primeiro momento Marcos “atacou” a Deus e a religião, logo percebeu seu equívoco, investindo em uma espécie de “teologia zapatista”, de base cultural maia. Tal leitura vai bem ao encontro do debate proposto pelo peruano José Carlos Mariátegui, que considera o mito como elemento central do discurso e da práxis revolucionária: “Que incompreensão! A força dos revolucionários não está na sua ciência, está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do mito”. (2005, p.59). No ensaio de 1925 - “El hombre y el mito” – Mariátegui disserta sobre a redução de um mundo desencantado pelo capitalismo e insuficientemente compreendido pela ciência, incapaz em satisfazer “toda a necessidade de infinito que existe no homem”. Já a emoção revolucionária é animada e comparada à emoção religiosa:

A emoção revolucionária é uma emoção religiosa. Os motivos religiosos deslocaram-se do céu para a terra. Não são divinos, são humanos, são sociais. A mesma filosofia que nos mostra a necessidade do mito, da fé, torna-se incapaz geralmente de compreender a fé e o mito dos novos tempos. “Miséria da filosofia” como dizia Marx. Os profissionais da inteligência não encontrarão o caminho da fé, o encontrarão as multidões (MARIÁTEGUI, 1925).

Segundo o autor, a paixão despertada pela mística reúne as pessoas em torno de ideais e as direciona para ações práticas e para lutas vivas, fazendo-as acreditar que, como dizia Bertolt Brecht, “nada deve parecer impossível de mudar”.

Como explica Navarro (2012, p. 9), a linguagem produzida como palavra-mundo, ou como maneira de nomear e ler o mundo, também tem um papel central nas culturas de origem maia.

Para os anciãos “o mundo nasceu da palavra”. E essa é uma pista essencial para desatarmos o nó de relações entre pensamento-ação-mundo-linguagem para os zapatistas, passando pela análise de sua estrutura gramatical e de sua produção documental. Para nós, essa oralidade ritmada pela longeva tradição camponesa e também revolucionária, a estrutura simbólica dos mitos, a leveza e a simplicidade com que são narrados, Netto (2007) e sua expressão material através de “documentos rebeldes” são alguns dos aspectos fundamentalmente incidentes sob o pensamento e as ações zapatistas, capazes de se combinarem a sua estrutura de organização e movimento social, e de reforçarem o caráter apaixonado e combativo de suas mobilizações.

Outros documentos destacados no cenário zapatistas são as pinturas em murais. Abrigando muitos referenciais simbólicos presentes nos contos e lendas disseminados pelos zapatistas, os murais são concebidos, para nós, como textualidades visuais de um mesmo discurso. Assim como na experiência literária, os detentores de pincéis acabam por traduzir em muros coloridos os relatos, as memórias e as utopias das comunidades. Explicitamente, trazem de volta o que Benjamim - em uma leitura um pouco pessimista do tempo presente - apontou como perdido:

Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. Uma das causas desse fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo [...] as ações da experiência, a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. (BENJAMIM, 1994, p.198).

Ao nos depararmos com a proximidade de significados presentes nos conteúdos alegóricos e nas narrativas orais presentes nas comunidades indígenas, passamos a considerá-las, justamente, como narrativas em cores que transmitem histórias conhecidas pelas comunidades: histórias familiares que resgatam tradições étnicas, as que foram apropriadas de outras vivências, aquelas herdeiras do imaginário da esquerda latino-americana e, sobretudo, as histórias produzidas a partir da mistura dialética entre todos esses elementos.

Além de terem se apropriado do imaginário indígena, os murais zapatistas envolvem outros tantos significantes, movimentando mensagens capazes de estabelecer pontos de contato entre os mais diversificados segmentos. Visualidades mesoamericanas, indígenas, revolucionárias e aquelas identificadas com a esquerda latinoamericana conformam uma

singularidade que não deixa de ser plural: de Coatlicue à comandanta indígena Ramona; de Zapata a Marcos; de Che a Comandante David. Em imagens talhadas, identificadas à arte revolucionária; desenhos infantis ou artes plásticas urbanas; da arte chicano aos bordados tzotziles; de inspirações em Diego Riviera a cartuns (SANTIAGO, 2002) e da própria simbologia criada a partir do levante de 1994, como o paliacate³, o pasamontañas⁴, a concha e o caracol.

Assim, além do protagonismo dos membros das comunidades indígenas, tanto na concepção, como na realização prática dos murais, os documentos simbólico-dialéticos, é impossível deixar de observar seu caráter transidentitário, já que os traços e referências dos artistas (e mundos) externos, que fazem vivências nos Caracóis, são uma marca muito visível da autoria compartilhada dos mesmos.

Segundo esse aspecto, vale destacarmos o mural colorido na fachada da clínica comunitária La Guadalupana (Figuras 1, 2, 3, 4 e 5), localizada no Caracol de Oventic, uma das regiões organizativas do território zapatista. Ele é infestado de referências que, à primeira vista, parecem não fazer muito sentido, mas se explicam rapidamente no contato com as histórias, memórias, lendas e expectativas das comunidades em luta. Na parede aparecem concomitantemente figuras folclóricas mexicanas, como a de uma mulher indígena envolta de espigas de milho, simbolizando a “madre tierra”, o cultivo e a subsistência zapatistas; vários camponeses usando sombreros mexicanos, todos com o rosto de Zapata em uma espécie de tradução da palavra de ordem “Zapata vive, la lucha sigue”; um encapuzado fumando charuto, provavelmente fazendo alusão ao subcomandante Marcos; a Virgem de Guadalupe, padroeira do México e dos mexicanos, vestindo o paliacate zapatista; uma dupla de cantores revolucionários e um unicórnio azul ao lado de notas musicais, remetendo claramente à canção do cantor cubano Silvio Rodríguez “Mi unicornio azul”, considerada uma espécie de hino da esquerda latino-americana; o caracol e um punho fechado se projetando, símbolo e título das regiões organizativas das comunidades rebeldes e de seu lema “vamos lentos, pero avanzamos”;

³ Lenço vermelho usado pelo Exército Zapatista para diferenciar sua farda daquela usada pelo Exército Federal. O paliacate também se tornou comum nos trajes da população civil das comunidades identificadas com o zapatismo como um símbolo da rebeldia e da resistência.

⁴ Toca preta, semelhante às tocas de esquí, em que apenas os olhos ficam à mostra, usada pelo Exército Zapatista para sair do território rebelde, e também nos momentos em que não indígenas entram em suas comunidades. São usadas para manterem o anonimato e a segurança dos guerrilheiros.

e um grande dragão, fazendo referência ao capitalismo que causa dor e morte, mas que pode ser combatido pelo encapuzados que aparecem coloridos no desenho.

Figuras 1, 2, 3, 4 e 5 – Mural na fachada da clínica La Guadalupana- 1 de janeiro de 2017 - Caracol de Oventic - Chiapas – México.



Fonte: Acervo do *corpus da pesquisa*.

Como no já citado lema zapatista do “caminhar perguntando”, em que o saber se constrói em um movimento compartilhado do fazer (trabalhar junto, aprender em coletivo e chegar ao objetivo mais rápido), também apontamos para os murais como espaços/ elementos centrais para o desenvolvimento de uma práxis “informativa” tecida dialeticamente a partir do trabalho compartilhado, da memória refundada, da apropriação de histórias e da circularidade cultural de seus agentes. O conjunto de imagens documenta, assim, todo um universo significativo construído desde as memórias ancestrais e atividades práticas específicas das comunidades, até aquilo que foi aprendido e ressignificado ao longo do tempo, apropriado pelo contato com diferentes pessoas, organizações e formas de vida. Murais-documentos funcionam, dessa forma, como canais para a livre expressão de ideias e opiniões intervindo, no espaço público, para a legitimação de um processo sócio-histórico e de sujeitos frequentemente excluídos das esferas hegemônicas de poder - de comunicação, informação e produção de conhecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No movimento zapatista, podemos dizer, que a (re)construção da memória comum em coisas materiais, ou documentos, é, ao mesmo tempo, um processo de reconhecimento entre os indígenas e seus companheiros, e o apontamento para novas formas de (re)existência. O legado

do passado, constantemente refeito em documentos compartilhados no presente, atualiza expectativas, enriquecendo e ativando o projeto de futuro das comunidades. Apesar das constantes tentativas - por parte do Estado mexicano com seu discurso de modernidade - em tratar os povos indígenas como unidades estáticas, apagando sua memória e bloqueando sua emancipação, os zapatistas apresentam seus documentos “cheios de vida”, articuladas a tantas culturas, em um processo dinâmico - simbólico e material - de experimentar a realidade, fazendo-se visíveis e fortalecidos.

A produção documental intencional e dialeticamente objetivada na concretude da vida social através dos murais zapatistas nos permite problematizar o desenvolvimento de uma teoria crítica do documento no escopo da CI. Trata-se, de um lado, de parte de contribuição para uma lacuna do pensamento crítico no campo e a necessária permanente revisão das abordagens positivistas e neopositivistas; do outro lado, de parte do desenvolvimento das perspectivas sociais e culturais já desenvolvidas no campo, centralmente relacionadas ao dito discurso documentalistas.

Os murais-documentos muito distantes de uma perspectiva neutra, como querem os chamados documentos oficiais, mas encarnados por um assumido desejo de fazer política “abajo y a la izquierda”. Estar atentos a essa condição nos fez também observá-los como espaços permanentes de reconstrução da memória, pautada nas práticas comunitárias, permitindo a alteração e o apagamento, na medida em que se atualizam as expectativas na convergência de vozes e discursos dissonantes, constitutivos da experiência autonômica.

A partir do horizonte aberto pelas imagens do movimento zapatista podemos colocar, sob o viés dialético, um duplo olhar sobre o papel da materialidade (como conceito) na teoria do documento: de um lado, a materialidade como postura crítica diante dos discursos de subjetivação extrema da vida social, que tendem a esvaziar as dimensões das fraturas entre as classes e o poder de reconfiguração dos mecanismos de opressão locais e globais; do outro, a condição de uma materialidade crítica – o documento simbólico-dialético -, que recolhe os estratos das diferenças culturais, reconhece as condições estruturais de cada conflito social e atua como operador da compreensão dos artefatos intencionalmente produzidos para a luta.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alvaro. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, Assis, v.9, n.1, p.1-13, 2010.

ARAÚJO, Mélanie. Da política às letras: o protagonismo literário do subcomandante Marcos. **Miscelânea**, Assis, v.9, p.230-246, set. 2011.

BARATTA, Alessandro. Ética e pós-modernidade. In: KOSOVSKI, Ester (Org.). **Ética na comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995. p. 113-132.

BENJAMIM, Walter. O Narrador. In: BENJAMIM, Walter. **Obras Escolhidas, Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.197-221.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v.42, n.5, p.351-360, jun. 1991.

CASANOVA, Pablo. Los Sentimientos Intelectuales. **La Jornada**, p.1- 19, 21 jun. 2001.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. **Conceptions of Library and Information Science**; historical, empirical and theoretical perspectives. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 82-98.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais Eletrônico...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. s.p. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 13 set. 2018.

DANTAS, Marcos. Prefácio. In: BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Editora Hucitec/ Editora Pólis, 2000. p. 9-15.

DAY, R. Poststructuralism and information studies. **Annual review of information science social and technology (ARIST)**, v. 39, p. 575-609, 2005.

DAY, R. **The Modern invention of information**: discourse, history and power. Illinois: Southern Illinois University Press, 2001.

ESTIVALS, R. A Dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.10, n.2, p.121-152, set. 1981.

FROHMANN, B. Reference, representation, and the materiality of documents. In: COLÓQUIO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI 2011, 2., 2011, Toulouse **Anais...** Toulouse: Université de Toulouse 3, 2011. s.p.

FROHMANN, B. Revisiting “what is a document?”. **Journal of documentation**, v.65, n.2, p.291-303, 2009.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of

information. In: **Library Trends**, v.52, n.3, 2004. p.387-407.

FUCHS, Christian. Towards a Critical Theory of Information. In: DÍAS, José; SALTO, Francisco **¿Que es información?** actas del primer encuentro internacional de expertos en teorías de la información. Un enfoque interdisciplinar. Sierra-Pambley, León (Spain), 2008. p.247-316.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v.23, n.1, p.5-14, jan./abr., 2011.

HIJAR, Cristina. **Calcomaniás Zapatistas**: contribución a una poética latinoamericana. México: Cendiap/AMV, 2004.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUND, Niels Windfeld. Document Theory. **ARIST**, v.43, n.1, fev. 2009. p 1-55.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **El Viejo Antonio**. México: Ediciones EÓN, 2012.

MARIÁTEGUI, J. C. El Hombre y el Mito. In: LÖWY, Michael (Org.). **Por um socialismo indo-americano**: ensaios escolhidos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p.35-62.

MARQUES, Luis Antonio Guerra. **Democracia, Justiça, Liberdade**: lições da Escuelita Zapatista. 2014. 126f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Marx, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. **Schéma et schématisation**, n.14, p.51-63, 1981.

MOSTAFA, Solange P. **Epistemologia da Biblioteconomia**. 1985. 147 f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

NAVARRO, Fernanda. Introducción. In: MARCOS, subcomandante Insurgente. **El Viejo Antonio**. México: Ediciones EÓN, 2012. p 7-20.

NETTO, Sebastião L. F. Vargas. **A mística da resistência**. Culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo 2007. OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934.

SALDANHA, Gustavo. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da neodocumentação. **Informação Arquivística**, v.2, n.1, Rio de Janeiro, jan-junho, 2012. p.65-88.

SANTIAGO, Luis Vargas. El Mito de la palabra a la pared. **Blanco sobre Blanco**, n.2, Buenos Aires, mar, 2002, p. 19-30.

SCHNEIDER, Marco. **A dialética do gosto**: informação, música e política. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2015.

RANGANATHAN, S.R. **As Cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).